

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL

**FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

OPORTUNIDADES E DESAFIOS



CARTAS SÃO DOCUMENTOS?

**Monica Facincani Camacho, Universidade Federal de São Carlos, 0009-0006-0999-8315,
Brasil, mcamacho@ufscar.br**

**Zaira Regina Zafalon, Universidade Federal de São Carlos, 0000-0002-4467-2138, Brasil,
zaira@ufscar.br**

Exo: Organização da informação

1 Introdução

A pesquisa surge em meio a vasta diversidade do universo documental com o objetivo de discutir, a partir do conceito de documento, o escopo do objeto deste estudo: as cartas e sua relação com os arquivos pessoais e a memória coletiva. Buscam-se repostas para a questão que direciona esta pesquisa, já apresentada no título desse artigo, e, para isso, entre seus objetivos específicos situa a coleção de Luiz Carlos Prestes, em específico, as cartas, e apresenta o conceito de documento no campo da Ciência da Informação.

A carta foi escolhida como objeto de estudo porque recentemente, em 2018, a Biblioteca Comunitária (BCo) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) recebeu a coleção de uma das figuras históricas mais importantes do Brasil, o militar e político Luiz Carlos Prestes (1898-1990). Ademais, esse tipo documental tem uma importância singular, haja vista que reporta feitos e fatos por meio de uma forma de comunicação que, de certo modo, pode-se dizer, privada.

Com base nesse material, justifica-se a relevância de se perceber as cartas de um acervo pessoal como um documento, e dessa forma, viabilizar a sua representação por meio de elementos contextuais, sendo este um processo essencial para garantia do acesso e da recuperação da informação, bem como para a preservação do patrimônio cultural material, uma vez que tanto Luiz Prestes quanto Olga

Prestes são figuras significativas que viveram em períodos históricos marcantes e revolucionários do Brasil.

O presente artigo integra essa introdução, o referencial teórico, os procedimentos metodológicos que contemplam a trajetória de construção da pesquisa, os resultados obtidos e interpretados sob a abordagem qualitativa e as considerações finais da pesquisa.

2 Referencial Teórico

Para entender o processo de escolha da BCo/UFSCar para receber o acervo de Luiz Carlos Prestes é importante mencionar como esse espaço se configura. Integra o espaço da Bco, a Coordenadoria de Coleções Especiais e Obras Raras (ColEsp), um local de pesquisa e preservação do patrimônio cultural material. A ColEsp tem, como um de seus objetivos, preservar, conservar e prover acesso a obras raras e coleções especiais na UFSCar. Conforme exposto por Coscia (2015), na composição desse acervo são utilizados os critérios recomendados pela Biblioteca Nacional (BN) do Brasil para a definição de obras especiais ou raras. Segundo Coscia (2015, p. 71) as coleções especiais “[...] resgatam a memória intelectual da sociedade, perpetuando o saber por meio do registro e disponibilização das criações humanas tanto bibliográficas como pictóricas, dentre outras”. O acervo da ColEsp, muito significativo do ponto de vista intelectual e histórico, é composto por oito coleções especiais, dentre as quais destacam-se a de

Luís Martins, a de Henrique Luiz Alves e a de Florestan Fernandes.

A coleção de Luís Martins é composta de 3.337 itens que formavam sua biblioteca particular. O acervo deste famoso radialista, e também escritor e jornalista, além de marido da pintora brasileira Tarsila do Amaral, foi o primeiro a compor o acervo da ColEsp, ainda em 1995. A coleção Henrique Luiz Alves, escritor e crítico literário, conta com 6.659 livros que versam sobre literatura, dentre os quais mais de 3.000 livros contam com dedicatórias.

A maior coleção que a ColEsp congrega é a de Florestan Fernandes, sociólogo e Deputado Federal (por dois mandatos seguidos: 1986-1994) de grande envergadura política. A coleção foi adquirida pela UFSCar em 1996, e em agosto do mesmo ano, quando era relembrado um ano da morte do sociólogo, foi inaugurada. A coleção Florestan Fernandes comprehende o acervo bibliográfico, com mais de 15.000 exemplares, o mini-museu, com peças como vestuário e máquina de escrever, além do arquivo pessoal do político (denominado Fundo Florestan Fernandes – FFF). Segundo Costa (2020), o FFF foi reconhecido pela Unesco como Patrimônio da Memória do Mundo.

Desta forma, em virtude de sua destacada trajetória com a preservação do patrimônio cultural material, a ColEsp foi honrada com a responsabilidade de custodiar o acervo doado pela Dra. Anita Leocádia Prestes, filha de Luiz Carlos Prestes e Olga Guttman Benário Prestes (1908-1942).

Anita Prestes nasceu em 27 de novembro de 1936 na prisão de mulheres de Barnimstrasse, em Berlim, na Alemanha nazista (Prestes, 2015). Viveu no México, onde viviam exiladas sua avó paterna, Leocádia Prestes, e a tia, Lygia Prestes, até o ano de 1945, quando Luiz Carlos Prestes foi libertado da prisão. Em 1945, após o fim do Estado Novo, então aos nove anos de idade, Anita pôde retornar ao Brasil e conhecer o pai pessoalmente (Redação, 2020). Anita Prestes é graduada em Química Industrial (1964) e mestre em Química Orgânica (1966), pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

(UFRJ), e doutora em Economia Política (1975), pelo Instituto de Ciências Sociais (Rússia) e em História (1989), pela Universidade Federal Fluminense (UFF); é professora aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e militante comunista (Prestes, 2015). Anita foi perseguida pelo regime militar instalado no Brasil em 1964, fato que a fez, em 1973, se exilar na extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Exilada, recebeu o título de doutora em Economia e Filosofia pelo Instituto de Ciências Sociais de Moscou. Retornou para o Brasil, em 1979, após a Lei de Anistia do Brasil e atuou como assessora do pai até 1990, quando Luiz Carlos Prestes faleceu.

A coleção de Luiz Carlos Prestes presente na ColEsp é composta por, aproximadamente, 1.450 itens. Alguns deles encontram-se disponíveis para consulta local; o restante ainda está em processo de tratamento técnico. A Coleção registra a participação de Luiz Carlos Prestes por um período de cerca de setenta anos, quer seja na história política do Brasil, em movimentos políticos e sociais, como o Tenentismo e a Coluna Prestes, mas também na sua atuação política enquanto membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), quer seja no âmbito privado, com registros de sua vida e de relações pessoais. Dentre os itens da coleção estão livros, objetos pessoais, indumentária, fotografias etc. Entre os materiais documentais, é possível mencionar “[...] livros da prisão com carimbo da ‘Casa de Correção, RJ’ - 1936-1945, muitos deles com anotações; livros pós-prisão (1948-1958) com dedicatórias, uma vasta documentação e vários objetos entre outros materiais.” (ColEsp, 2025). Também fazem parte do acervo documental da Coleção, cartas de diferentes remetentes e destinatários, entre os quais a mãe de Luiz Carlos Prestes, Leocádia Prestes, sua irmã, Lygia Prestes, e sua esposa, a militante comunista alemã, Olga Benário Prestes¹.

Sobre as cartas de Prestes, Souza (2023, p. 12) comenta:

Ao longo dos seus 92 anos de vida, Luiz Carlos Prestes (1898-1990), o Cavaleiro da Esperança, escreveu

muitas cartas. Algumas foram escritas como manifestos que tornaram públicas as suas ideias; outras foram escritas em resposta às demandas de uma vida como revolucionário, líder comunista e Senador da República; outras, ainda, foram escritas no interior das relações familiares que testemunharam diferentes momentos de sua vida, como a marcha da Coluna, o exílio, a prisão e a vida na clandestinidade.

Souza (2023) afirma que as cartas de Luiz Carlos Prestes estão preservadas em três instituições: no Brasil, é possível encontrá-las na ColEsp, da BCo/UFSCar (São Carlos/SP) e no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ); no exterior, especificamente no Arquivo do Estado Russo de História Social e Política (RGASPI), em Moscou (Rússia). Esses documentos são de grande interesse público, pois salvaguardam a história e a memória nacional, registrando períodos importantes do país, nos quais Prestes teve um papel central com sua ação política e revolucionária (Souza, 2023). Conforme relata Prestes (2015, p. 541) “[...] Prestes foi um revolucionário que dedicou a vida à luta por justiça social e liberdade para o povo brasileiro, um comunista convicto de o socialismo ser o único caminho para a humanidade sair da pré-história [...]”.

Dada a contextualização sobre o acervo da Coleção de Luiz Carlos Prestes, propõe-se uma análise do conceito de documento.

Sobre a discussão do conceito de documento, Lund (2009) explica que, ao longo dos anos, os estudos indicam que seu conceito tem sido compreendido de maneiras diferentes e com amplo significado. Antigamente, a palavra documento, derivada do latim *documentum*, não se referia somente a um objeto que poderia ser segurado nas mãos, mas era principalmente relacionado ao ensino e à educação – sentido em desuso atualmente (Lund, 2009). O autor relata que “[...] desde o início da modernidade Europeia e do Iluminismo em diante, um documento é, antes de tudo, um objeto escrito que declara e prova transações, acordos e decisões feitas por cidadãos [...] e desempenharam um papel

essencial na criação de uma burocracia pública” (Lund, 2009, p. 9).²

Smit (2008, p. 11), por sua vez, esclarece que foram detectadas duas correntes de pensamento sobre o entendimento do termo documento: uma pragmática, que limita o documento a um registro gráfico, primordialmente textual (podendo abranger os audiovisuais); e outra funcionalista, que está menos relacionada à materialidade e mais à sua função.

O conceito de documento foi ampliado, a partir das ideias de Henri La Fontaine e Paul Otlet, sendo a partir de então considerado o conteúdo documental expresso em diferentes suportes e formatos (Rabello, 2020). O termo documento, com Otlet (1937, p. 11), seguiu a corrente funcionalista, e expandiu-se para além de livro:

Livro (*bíblion*, documento ou grama) é o termo convencional aqui empregado para designar toda espécie de documento. Abrange não apenas o livro propriamente dito, manuscrito ou impresso, mas também revistas, jornais, textos escritos e reproduções gráficas de qualquer espécie, desenhos, gravuras, mapas, esquemas, diagramas, fotografias etc. A documentação no sentido lato do termo abrange o livro, isto é, meios que servem para representar ou reproduzir determinado pensamento, independentemente da forma como se apresentam.

Suzanne Briet, bibliotecária francesa, seguiu a mesma corrente de Otlet. Ao perceber a carência de um sentido pleno para a abordagem funcional do documento, Briet (2016, p. 1) apresenta uma definição geral em seu livro *Qu'est-ce que la documentation?*, publicado em 1951: “[...] um documento é uma evidência em apoio a um fato”. Briet (2016, p. 1) também afirma que documento é “[...] todo indício, concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com a finalidade de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual”.

Quanto à sua natureza, Robredo (1978) informa que o documento tem se transformado desde o começo do século, bem como que seu conceito tem sido ampliado para “[...] todo tipo de suporte físico da informação, que permita o seu armazenamento e uso”. Assim, documento pode ser “[...]um disco, um filme cinematográfico, uma revista, um livro, um artigo, uma coleção de diapositivas, uma fita magnética, um programa de computador, etc” (Robredo, 1978, p. 1-2).

Para Le Coadic (2004, p. 5), documento “[...] é todo artefato que representa ou expressa um objeto, uma ideia ou uma informação por meio de signos gráficos e icônicos (palavras, imagens, diagramas, mapas, figuras e símbolos), sonoros e visuais”.

Meyriat (2016) propõe uma concepção ampliada do termo documento, definindo-o como um objeto que atua como suporte da informação e essencial para os processos comunicacionais, além de ser caracterizado por sua durabilidade. O autor distingue duas dimensões complementares no conceito de documento: uma de ordem material, que se refere ao suporte físico em que está registrado, e outra, de ordem conceitual, relativa ao conteúdo comunicacional propriamente dito (Meyriat, 2016).

Embora teoricamente qualquer objeto possa ser considerado um documento, nem todos exercem, de fato, a função de informar — embora esta possa estar entre suas possíveis atribuições; documentos são veículos de informação que carregam significados. Para Meyriat (2016), documento não se trata apenas de objetos físicos, mas de suportes informacionais. Ele ressalta os documentos escritos como exemplares privilegiados, sem ignorar que a noção de documento vai além da escrita. Para Meyriat (2016), objetos tornam-se documentos ao receberem significado. Essa ideia é reforçada pela proposição de Frohmann (2004), ao afirmar que documentos são “[...] materialidades da informação”.

Meyriat (2016) aponta a relação entre objeto e mensagem posto que, mesmo que um objeto não tenha sido criado com tal finalidade, ele

pode tornar-se documento pelo fato de que aquele que nele busca informação, o promove, assim, a suporte de mensagem, afinal “[...] a comunicação pressupõe, de fato, dois atores, o emissor e o receptor da mensagem [...] ambos habilitados a fornecer-lhe uma significação”.

No mesmo sentido, Grigoletto e Murguia (2009, p. 7) afirmam que o desejo de obter informação é “[...] um elemento necessário para que um objeto seja considerado como documento, ainda que o desejo de seu criador tenha sido outro. O documento não é um dado, mas o produto de uma vontade, aquela de informar ou de ser informado”. Chagas (1994), ao relatar sobre como “nasce” um documento, explica:

Um documento se constitui no momento em que sobre ele lançamos o nosso olhar interrogativo; no momento em que perguntamos o nome do objeto, de que matéria prima é constituído, quando e onde foi feito, qual o seu autor, de que tema trata, qual a sua função, em que contexto social, político, econômico e cultural foi produzido e utilizado, que relação manteve com determinados atores e conjunturas históricas etc. (Chagas, 1994, p. 35).

Ou seja, o objeto nem sempre surge com a função documental, mas conforme Meyriat (2016) afirma pode ter, também, esta função, mesmo que atribuída pelo usuário. Lara & Ortega (2011, p. 373), por sua vez, indicam que a noção de documento se amplia visto que “[...] se define como tal quando faz sentido para alguém em alguma circunstância”.

Essa diversidade de registros, que ultrapassa os formatos tradicionais e se concretiza em suportes variados, também carregam o valor documental, posto que, conforme Otlet (1937) e Briet (2016) expõem, seu significado está mais ligado à informação presente do que ao suporte ou à forma.

3 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa caracteriza-se como exploratória, com abordagem qualitativa e faz uso da revisão bibliográfica, que é “[...] é desenvolvida a partir

de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 2012, p. 50). É caracterizada como exploratória, porque segundo Gonsalves (2007, p. 65), ela “[...] se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado”.

Com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre cartas, enquanto tipo documental, e dar início ao levantamento da literatura, fase em que acontece o processo de busca e análise das fontes de informação, foram realizadas buscas em uma base de dados, a saber: Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), base de abrangência nacional e com conteúdo disponível em acesso aberto. Foram definidas as palavras chaves a serem utilizadas nos campos de busca, sendo elas: carta, correspondência e epístola. Vale observar que durante a realização das buscas foram utilizados também os recursos de truncagem (recursos utilizados para encontrar palavras no singular ou plural, palavras do mesmo radical e variações de escrita).

O referencial teórico acerca do documento teve como base principal os textos de Otlet (1937, 1990), Lund (2009), Briet (2016) e Meyriat (2016), mas também contou com Smit (2008), Robredo (1978) e Le Coadic (2004).

Ao recuperar fontes diversas, foi dada ênfase nos trabalhos que abordavam a reflexão em torno da noção de documento e materiais que abordassem as cartas enquanto documento no campo da Ciência da Informação (seja ele no universo da Arquivologia, Biblioteconomia ou da Museologia).

4 Resultados

Em seu Tratado de Documentação, Otlet (1934, p. 272-273) reconhece a carta como documento quando faz a apresentação de outras espécies de documentos:

Cartas. Epístolas. [...] escritos destinados à correspondência [...]. Dá-se o nome de epístola às missivas

dos antigos que chegaram ao nosso conhecimento, em particular as cartas de São Paulo e de alguns outros apóstolos (ver Bíblia). As missivas deram origem a todo um gênero literário, muito amplo e bem variado, chamado de gênero epistolar. Ele comprehende tanto as cartas escritas realmente aos correspondentes, quanto as obras escritas em forma de cartas, como as *Lettres provinciales*, de Pascal, as *Lettres persanes*, de Montesquieu, e os romances em forma de cartas.

Meyriat (2016, p. 242-243) também identifica as cartas como documentos:

As cartas escritas por Napoleão eram originalmente documentos, porque elas foram feitas para fornecer a seus correspondentes informações sobre seus sentimentos, seus planos, suas decisões; em seguida, elas se tornaram documento de segundo grau para o historiador que nelas buscava informações sobre o personagem, sobre os mecanismos políticos do Império, sobre o comportamento dos súditos do Imperador.

Embora não sejam fontes de informação convencionais, as cartas podem ser consideradas documentos pois carregam significado em um suporte material, tornando-as representáveis, recuperáveis e alinhadas às estratégias de preservação da memória.

A partir dessas considerações, e daquelas apresentadas no Referencial Teórico, as cartas de Luiz Carlos Prestes, são documentos e sua coleção pode ser caracterizada como *Arquivo pessoal*, como *Arquivo de família*, ou como *Arquivo privado*.

Arquivo pessoal, definido no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005, p. 34), é um termo que remete a “arquivo de pessoa física”. A relação com o uso mais amplo do termo – *Arquivo* – também está indicada: “Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas

atividades, independentemente da natureza do suporte." (Arquivo Nacional, 2005, p. 27). Outros conceitos apresentados nessa mesma fonte, e que tem relação com o objeto de estudo desta pesquisa, é *Arquivo de família*, apresentado como "Arquivo privado de uma família ou de seus membros, relativo às suas atividades públicas e privadas, inclusive à administração de seus bens. Também chamado arquivo familiar ou arquivo familiar" (Arquivo Nacional, 2005, p. 29); e *Arquivo privado*, "Arquivo de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Também chamado arquivo particular." (Arquivo Nacional, 2005, p. 35).

Conforme conceituado por Oliveira (2016, p. 2), arquivos pessoais correspondem ao "[...] conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e funções sociais". Complementando essa perspectiva, Fontes & Saeta (2019) afirmam que os arquivos pessoais constituem verdadeiros "arquivos de vivência".

Para Oliveira, Silva & Sobral (2018, p. 2), "[...] documentos que compõem um arquivo pessoal são produtos das relações que um indivíduo desempenha no processo de registrar suas ações, o seu modo de viver e sua forma de se relacionar em sociedade".

[...] os documentos produzidos e recebidos por um indivíduo no desempenhar de suas atividades, quando preservados, são eivados pelo seu potencial informacional, funcionando como registros de um determinado contexto, e são, também, fonte de memória de seus produtores e da sociedade nos quais foram produzidos, adquirindo novos sentidos para além daqueles que foram gerados. (Oliveira, Silva & Sobral, 2018, p. 2).

Segundo Oliveira (2012 *apud* Macedo e Oliveira, 2019, p.116), os arquivos pessoais refletem a trajetória de vida de seu titular, revelando suas redes de relações, de caráter pessoal ou profissional, bem como aspectos íntimos e emocionais de sua existência. Fontes & Saeta (2019, p. 119) ampliam essa

compreensão ao afirmar que as cartas contidas nesses arquivos não se limitam ao fornecimento de dados sobre a esfera privada de seus autores. Ao serem institucionalizadas e reconhecidas como documentos arquivísticos, essas correspondências adquirem visibilidade pública e valor social.

O ingresso dos arquivos pessoais em instituições de preservação e acesso não é só devido ao reconhecimento da importância para a sociedade dos documentos que reúne, mas também do desejo dos herdeiros e sucessores do titular do arquivo em preservar o conjunto de documentos, e, por seu meio, imortalizar o seu titular. E, igualmente, do interesse de instituições em investir na preservação, organização e difusão desses conjuntos. Cada uma das partes envolvidas possui objetivos específicos e desempenha funções relacionadas a eles. Mas nenhum dos objetivos das partes se assemelha às motivações que dão origem ao documento. (Oliveira, 2016, p. 190).

Carta, em geral, pode ser compreendida como "[...] comunicação impressa ou manuscrita [...] entre pessoas afastadas ou ausentes" (Carta, 2025). Vasconcellos (2008 p. 373) observa que "[...] etimologicamente provém do latim *charta.ae* ou *carta.ae*. 'folha de papiro preparada para receber a escrita; folha de papel (feito antigamente da entrecasca do papiro)' ". No aspecto jurídico, a Lei [Brasileira] nº 6.538, de 22 de junho de 1978, que dispõe sobre os serviços postais, define a carta como "[...] objeto de correspondência, com ou sem envoltório, sob a forma de comunicação escrita, de natureza administrativa, social, comercial, ou qualquer outra, que contenha informação de interesse específico do destinatário" (Lei, 1978). Segundo Vasconcellos (2008, p. 374), cartas "[...] têm caráter íntimo e/ou confidencial", o que reitera o afirmado na Lei. Para Oliveira, Silva & Sobral (2018, p. 4)

[...] esse meio de comunicação carrega em si sinais reveladores do passado, são veículos comunicacionais que objetivam abolir

distâncias entre os interlocutores e encerram características que garantem a sua forma e reconhecimento.

No passado era um dos poucos meios de comunicação disponíveis. Conforme observado por Faviano (2019) “[...] escrever e receber cartas adquiriu uma espécie de refinamento, de costume que ficou lá no passado em detrimento de novos meios de comunicação, como o correio eletrônico, os aplicativos de celular e as mídias sociais”. Gonçalves (2021) corrobora esse argumento, informando que hoje em dia a carta é uma espécie documental quase em extinção, tendo sido substituída pelas mensagens eletrônicas.

A prática da escrita remonta às civilizações antigas, e observando pelo contexto brasileiro, Vasconcellos (2008) relembra que a história do Brasil tem início com a carta redigida por Pero Vaz de Caminha, e endereçada ao Rei de Portugal, Dom Manuel I, com suas primeiras impressões da terra descoberta, descrevendo suas belezas e seus habitantes.

Falar sobre a escrita de cartas, considerando como elementos significativos a sua forma e as marcas e sinais que revelam a relação do indivíduo que as produziu com a sociedade em que viveu, é um desafio aos pesquisadores que desejam compreender a natureza da escrita epistolar e suas configurações ao longo do tempo (Sobral, 2019, p. 48).

[As cartas apresentam] características comuns: usualmente, possuem datação, local, destinatário, assinatura e saudações. Mas a carta produzida na intimidade, fora de regulamentos institucionais ou legais, apenas partilhada entre o autor e o destinatário, muitas vezes não tem assinatura, nem data, as pessoas podem se tratar por apelidos, as informações podem ser fragmentadas... Pertence a um universo somente conhecido pelos envolvidos, visto que somente aquelas pessoas sabem do que está se falando. O protocolo social ou a falta dele muitas vezes indicam o grau de intimidade entre as pessoas. (Oliveira, 2016, p. 5).

Horta, Dias & Cordeiro (2018) indicam que, desde o século XIX, historiadores, sociólogos e antropólogos utilizam cartas como fontes documentais ricas em aspectos culturais, políticos e sociais. Essas fontes possibilitam acessar fatos que articulam perspectivas pessoais com contextos históricos.

Conforme Milanesi (2002), a essência da atividade intelectual e criativa, seja a anotação de pensamentos, a expressão de sentimentos ou a criação de formas, perderia seu significado intrínseco se não houvesse a possibilidade de registrar tais atos. Nesse sentido, o autor alega que a acumulação de registros, em qualquer de suas modalidades, adquire sua plena justificativa e relevância somente quando se garante a acessibilidade futura a esses conteúdos (Milanesi, 2002).

No sentido de preservar a memória, Foucault (1992) afirma que a escrita age na abertura de um espaço onde o sujeito que escreve não para de desaparecer. Otlet (1990) também reflete sobre a memória quando diz que sem a ajuda dos documentos a memória sozinha não é suficiente para a recordação.

De forma geral, pode-se afirmar que os documentos de todos os tipos, cuja produção começou há séculos e continua de maneira incessante em todos os países, registram, dia após dia, tudo o que foi descoberto, pensado, imaginado ou planejado. Assim, eles representam o meio pelo qual todo esse conhecimento foi transmitido de geração em geração e de um lugar para outro. Como um todo, portanto, os documentos formam a memória gráfica da humanidade, o corpo físico do conhecimento. (Otlet, 1990, p. 105, tradução nossa).

A compreensão da memória coletiva e sua conexão com os arquivos pessoais e documentais é fundamental para a consolidação de uma sociedade democrática. Segundo Sobral (2019) os arquivos pessoais representam um conjunto relevante de registros que constituem parte da memória coletiva. Esta perspectiva reflete na argumentação de Tanno (2018), que eleva a

guarda, preservação e acesso a memórias múltiplas a um patamar essencial para a construção de uma sociedade democrática plena; a autora enfatiza que tais práticas não apenas salvaguardam o passado, mas também geram possibilidades cruciais para um debate imparcial entre os diversos setores sociais, permitindo a confrontação e a coexistência de narrativas distintas. A complexidade inerente ao conceito de memória é um ponto central na reflexão de Tanno (2018, p. 89-90), que adverte que a memória apresenta múltiplos conceitos, e é frequentemente “[...] utilizada como narrativa de certos fatos históricos, cujo conteúdo passou pelo crivo dos interesses de grupos, pessoas ou instituições, sendo assim também símbolo ou representação de algo glorioso que aconteceu, ou que não existe mais, mas que é perpetuado para a posteridade”.

A relação entre a organização documental e a proteção do patrimônio humano é apontada por Milanesi (2002), quando argumenta que a ausência de documentos compromete a transmissão de conhecimento às gerações futuras.

A motivação desse esforço de organizar e tornar acessível os documentos e o patrimônio cultural material reside, portanto, na necessidade de assegurar a continuidade do saber acumulado. Merlo e Konrad (2015) complementam essa visão ao destacar que a preservação do patrimônio documental estabelece uma conexão entre a sociedade e os registros. Contudo, para que isso seja possível, é necessário que os registros estejam não apenas organizados e disponíveis, mas, também, sejam recuperáveis. A recuperação dos documentos é o processo que garante que a memória possa ser acessada. Pereira Filho (2000) aponta que “[...] a noção de documento mostra-se como possibilidade para pensarmos formas de representação daquilo que se denomina patrimônio cultural”.

Sobre patrimônio cultural brasileiro, é na Constituição Federal do Brasil (1988) que está expresso sua compleição: é constituído de bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores

de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Constituição Federal do Brasil, 1988).

Conclui-se, portanto, que o patrimônio cultural brasileiro engloba todos os meios de expressão, materiais ou imateriais, consistindo na memória da sociedade, nos quais se inserem os documentos.

5 Discussão

É importante ressaltar que o propósito desta pesquisa não consistiu em estabelecer uma definição única e definitiva para a concepção de carta enquanto documento, mas sim promover uma reflexão crítica sobre os múltiplos significados que esse conceito assumiu ao longo do tempo, incentivando, assim, estudos futuros sobre o tema.

A revisão da literatura evidenciou diversas interpretações atribuídas ao termo documento em diferentes contextos históricos, disciplinares e epistemológicos. Diante dessa diversidade, optou-se por selecionar os entendimentos considerados mais relevantes para os objetivos deste estudo, de modo a fundamentar a construção de um referencial teórico que privilegie uma abordagem mais ampla e inclusiva do conceito. Também é preciso explicitar a compreensão de documento enquanto coisa, registrado em um suporte, de característica tangível, o que se alinha à proposta de Buckland (1991) sobre a tangibilidade da informação para seu

processamento, tratamento e recuperação nos sistemas informacionais.

Diante dos diversos conceitos identificados na revisão, foram selecionados aqueles considerados mais pertinentes à construção de uma definição mais ampla e compreensiva. A partir da análise dos documentos recuperados, conclui-se que as cartas podem ser caracterizadas como documentos, uma vez que contêm informações ou ideias registradas por meio de texto escrito e/ou imagens, em um determinado suporte, com a finalidade de informar e comunicar.

Cada carta está inserida em um contexto específico, determinado pela motivação que levou à sua produção. Podem abordar temáticas diversas, variando entre questões de cunho profissional e aspectos da vida pessoal, o que lhes confere múltiplas finalidades. Enquanto documentos, as cartas possuem valor informativo significativo, sobretudo quando preservadas com o intuito de registro ou construção da memória. Essa perspectiva é corroborada com a afirmação de Costa (2011): “[...] o conteúdo da carta assim como o próprio documento são instrumentos de formação de memória, independente da veracidade ou autenticidade de sua composição”.

Oliveira et al. (2020, p. 175), por sua vez, afirmam que “[...] documentos, quaisquer que sejam a ação ou atividade que os originaram, são produzidos em um contexto específico. O lugar social que um sujeito ocupa, as relações sustentadas, os contratos e pactos estabelecidos são elementos passíveis de identificação nestes documentos”. Nesse sentido, o entendimento do contexto em que foram produzidas torna-se essencial para assegurar uma representação documental mais precisa, favorecendo sua recuperação informacional e possibilitando o estabelecimento de conexões com outros documentos. Isso vai ao encontro do que Brascher e Café (2008) apresentam, posto que a organização da informação se constitui de um processo complexo que engloba tanto aspectos do suporte quanto do conteúdo dos objetos informacionais. O produto desse processo acontece com a materialização dos

atributos essenciais do documento em um formato que facilite ações de identificação, busca, recuperação, localização e uso. Santos (2000, p. 7) enfatiza que “[...] o conhecimento se desenvolve a partir da interação entre quem busca o conhecimento e as formas de representação disponíveis”. E é sob essa perspectiva que a natureza interativa do processo se destaca, indicando que a existência de registros não garante a aquisição de conhecimento. Como argumenta Milanesi (2002, p. 21), “[...] o homem registra para reter, e o registrado não encontrável, na prática, é igual ao inexistente”. Essa abordagem confirma a indissociabilidade entre a representação e a recuperação da informação, pois, um documento, por mais valioso que seja seu conteúdo, não tem valor se não puder ser localizado e ter seu acesso garantido. Para Milanesi (2002), a atividade de guardar, registrar e buscar informações se estendem para além dos limites de um único indivíduo, configurando-se como um mecanismo fundamental para manter viva da memória da humanidade.

Por sua vez, os resultados evidenciaram uma significativa escassez de literatura específica que contemple as cartas enquanto tipologia documental no âmbito da Ciência da Informação. A maioria dos estudos recuperados e analisados concentrava-se na área da Arquivologia, abordando as cartas sob uma perspectiva predominante arquivística. Essa constatação sugere um hiato no campo da Ciência da Informação, especialmente no que se refere ao aprofundamento das discussões teóricas e metodológicas sobre a carta enquanto documento.

6 Considerações Finais

Pensando nas cartas escritas e recebidas por Luiz Carlos Prestes fica evidente a importância do valor informativo e contextual de seu arquivo pessoal, seja para preservação do patrimônio cultural material, quanto para preservação da memória. Também foi destacada a importância da materialidade do documento, posto que isso garante a representação das cartas e, em consequência,

sua recuperação. Luiz Carlos Prestes foi um revolucionário comunista, militar e político brasileiro. Membro do Partido Comunista Brasileiro por muitos anos, elegeu-se senador logo após ser libertado da prisão. Sua vida foi marcada pela perseguição política: preso durante a ditadura do Estado Novo e novamente após a instituição do regime militar no ano de 1964, o que o levou ao exílio na União Soviética. Prestes participou ativamente de movimentos em todo o país, sendo um dos líderes da Coluna Prestes, um importante movimento político-militar brasileiro que ocorreu entre 1925 e 1927. Prestes lutou por reformas sociais e políticas e defendeu a revolução comunista. De acordo com Prestes (2015, p. 529) “[...] até o seu falecimento, manteve o empenho pela criação das condições para a fundação de uma partido revolucionário no Brasil”. Foi um líder incansável na luta pela democracia no Brasil, sempre participando de campanhas eleitorais. Sua última participação na eleição presidencial se deu em 1990, na qual formulou seu apoio ao então candidato, Luiz Inácio Lula da Silva – hoje novamente Presidente do Brasil –, apesar de, nas palavras de Prestes “[...] sempre tenhamos feito restrições à candidatura do Sr. Lula” (Prestes, 2015, p. 540). Prestes veio a falecer em 7 de março de 1990, na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

A relevância de Prestes na história do Brasil o coloca na condição de protagonista. Seus documentos, como cartas, objetos pessoais e livros, são fontes primárias para a compreensão de sua vida e de sua época, e constituem um patrimônio de valor inestimável.

Talvez, as cartas de Luiz Carlos Prestes não se alinhem com a função documental ou representacional proposta por Chagas (1994); pode ser que se aproximem mais da concepção apresentada por Costa (2011, p. 3.451): “[...] inseridas em contextos sociais e carregadas de informações sobre os grupos, as cartas são detentoras de discursos”. Detentoras de discursos, as cartas integrantes do acervo de Luiz Carlos Prestes compreendem parte da história política do Brasil, além de

apresentarem a perspectiva da sua vida pessoal, somada à luta política e social.

O acervo de Prestes, por sua vez, traz no bojo o perfil de patrimônio cultural revelado por Araripe (2004): “[...] enquanto memória coletiva, uma valiosa fonte de informação para o ensino e a pesquisa, capaz de promover a construção de um indivíduo atento no processo de formação social”.

O incentivo para estudos dedicados às cartas, considerando seu valor documental, são incentivados, uma vez que a preservação da memória demanda que esses documentos sejam representados de forma adequada, com a finalidade garantir o acesso público.

7 Referências

- Araripe, F. M. A.(2004). Do patrimônio cultural e seus significados. *Transinformação*, 16(2). <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6371>.
- Arquivo Nacional. (2005). Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Arquivo Nacional. <https://www.santoandre.sp.gov.br/biblioteca/pesquisa/ebooks/416005.pdf>
- Brascher, M. & Café, L. (2008, 28 de setembro a 1 de outubro). Organização da informação ou organização do conhecimento? Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Briet, S. (2016). O que é a documentação? Briquet de Lemos.
- Buckland, M. (1991). Information as a thing. *Journal of the American Society for Information Science*, 42(5), 351-360. [https://asistd.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199106\)42:5%3C351::AID-ASI5%3E3.0.CO;2-3](https://asistd.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/(SICI)1097-4571(199106)42:5%3C351::AID-ASI5%3E3.0.CO;2-3)
- Carta. (2025). Michaelis on-line: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Melhoramentos. <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/CARTA/>
- Chagas, M. de S. (1994). Em busca do documento perdido: a problemática da construção teórica na área da documentação. *Cadernos de Sociomuseologia*, (2).

- <https://recil.ulusofona.pt/collections/cff2c341-9e3f-434d-bbde-55e8c90fcfa2>
- ColEsp – Coordenadoria de Coleções Especiais e Obras Raras. 2025. Universidade Federal de São Carlos.
<https://www.bco.ufscar.br/acervos/colecoes-especiais>
- Constituição da República Federativa do Brasil. (1988). Brasília, DF.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constiticao/constituicao.htm
- Cóscia, V. L. (2015). UFSCar: Coleções Especiais em uma biblioteca comunitária. Em B. G. V. Vieira & Alves, A. P. M. Acervos especiais: memórias e diálogos. Cultura Acadêmica.
- Costa, C. (2020) Universidade Federal de São Carlos guarda o acervo do sociólogo.
<https://jornal.usp.br/cultura/obras-de-florestan-fernandes-comecam-a-ser-reeditadas/#:~:text=%E2%80%9CAs%20negoci%C3%A7%C3%B5es%20para%20a%20vinda,%20Trabalhadores%E2%80%9D%C2%20comentaria%20Claudia>
- Costa, T. C. (2011, 23 a 26 de outubro). O passado presentificado na coleção de cartas da Sra. Madeleine Wallace (O fabuloso destino de Amelie Poulain. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Brasília, DF, Brasil. <https://brapci.inf.br/v/183772>.
- Faviano, G. (2019). Generos textuais e identificação de tipos de cartas no arquivo de Camargo Guarneri. Em Campos, J. F. G. (org.), Arquivos pessoais: experiências e perspectivas. Associação de Arquivistas de São Paulo. São Paulo: ARQ-SP.
<https://arqsp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/CAMPOS-2019-Arquivos-pessoais-experi%C3%A3ncias-e-perspectivas.pdf>
- Fontes, L. A. S. & Saeta, T. A. (2019). Cartas de arquivo: um projeto de mediação cultural nos 180 anos do arquivo nacional. Acervo, 32(3), 108.
<https://revistaacervo.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1312>
- Foucault, M. (1992). A escrita de si. Em M. Foucault. O que é um autor? Passagens.
- Frohmann, B. (2004). Documentation Redux: Prolegomenon to (Another) Philosophy of Information. Library Trends, 52(3), 387-407.
<https://www.ideals.illinois.edu/items/1775>
- Gil, A. C. (2012). Métodos e técnicas de pesquisa social. (6ª. ed.). Atlas.
- Gonçalves, M. M. M. (2021). Representação da informação nas cartas do fundo arquivístico Antonio Martins Filho na Universidade Federal do Ceará. [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação].
https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/57632/3/2021_dis_mmmgon%C3%A7alves.pdf
- Gonsalves, E. P. (2007). Conversas sobre iniciação à pesquisa científica. (4ª ed.). Alínea.
- Grigoletto, M. C.; Murgua, E. I. (2009). O documento e seu valor patrimonial. Os processos de tombamento do museu histórico e pedagógico “Prudente de Moraes”. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, João Pessoa, PB, Brasil.
<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/viewFile/3313/2439>.
- Horta, N. M., Dias, D. A., & Cordeiro, L. C. (2018). Cartas: um acervo de memória afetiva e histórica e a importância de sua preservação. Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, 8(1), 1-16.
<https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/17036/13806>
- Lara, M. L. G. & Ortega, C. D. (2011, 30 de junio a 1 de julio). Para uma abordagem contemporânea do documento na Ciência da Informação. Congreso ISKO-España, Ferrol, España.
<https://iskoiberico.org/es/congresos/ferrol-2011>
- Le Coadic, Y. F. (2004). A ciência da informação. (2ª ed.). Briquet de Lemos.
- Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978. (1978). Brasília, DF.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6538.htm
- Lund, N. W. (2009). Teoria do Documento. Annual Review of Information Science and Technology, 43(1), 1–55.
<http://arquivistica.fci.unb.br/wp-content/uploads/tainacan-items/476350/831836/p.6-46-00-5907novo-1.pdf>
- Macedo, P. L. P., Oliveira, L. M. V. (2019). Arquivos pessoais e teoria arquivística: o arranjo como uma função de pesquisa. Em Campos, J. F.

- G. (org.), Arquivos pessoais: experiências e perspectivas. Associação de Arquivistas de São Paulo. São Paulo: ARQ-SP. <https://arqsp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/CAMPOS-2019-Arquivos-pessoais-experi%C3%A3ncias-e-perspectivas.pdf>
- Merlo, F., & Konrad, G. V. R. (2015). Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação. *Informação & Informação*, 20(1), 26-42. <http://arquivistica.fci.unb.br/au/documento-historia-e-memoria-a-importancia-da-preservacao-do-patrimonio-documental-para-o-acesso-a-informacao/>
- Meyriat, J. (2016). Document, documentation, documentologie. Schéma et Schématisation, 14, 51-63. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22480/18073>
- Milanesi, L. (2002). Biblioteca. Ateliê Editorial.
- Oliveira, L. M. V. (2016). A propósito da carta de Mário. Em L. S. de Freitas, Fonseca, V. M. M. Da & Lima, M. H. T. de F. (Orgs.). Ética e políticas da informação: agentes, regimes e mediações. EdUFF. <https://ppgci-uff.com.br/wp-content/uploads/2022/02/Etica-e-politicas-da-informacao-Agentes-regimes-e-mediacoes.pdf>
- Oliveira, L. M. V. de et al. (2020, 11 a 12 de julho de 2019). Organização do conhecimento e identificação tipológica: aportes para projetos de pesquisa em arquivos pessoais. Congreso ISKO España y Portugal. <https://doi.org/10.5281/zenodo.3736656>
- Oliveira, L. M. V., Silva, J. A. & Sobral, C. C. (2018, 12 e 13 de novembro). Repensando as cartas em arquivos pessoais. Seminário Hispano-Brasileiro, Madri, Espanha. <http://hispano-brasileiro.com.br/items/show/426>
- Otlet, P. (1934). Tratado de documentação. Briquet de Lemos.
- Otlet, P. (1937). Documentos e documentação. [Discurso]. Congresso Mundial da Documentação Universal, Paris. <https://eooci.uff.br/documentos-e-documentacao/>
- Otlet, P. (1990). International organisation and dissemination of knowledge: selected essays of Paul Otlet. Elsevier.
- Pereira Filho, H. F. (2022). Documento e patrimônio entre usos e reflexões. *Tempo Social*, 34(3), 295-313. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2022.201919>
- Prestes, A. L. (2015). Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro. Boitempo.
- Rabello, R. (2020). Apontamentos sobre a dimensão social e disciplinas do processo de organização do conhecimento. Em A. C. Albuquerque & Arakaki, A. C. S. Questões teórico-epistemológicas para a ciência da informação: possibilidades e contribuições. Ed. Unijuí.
- Redação. (2020). Anita: a filha de Prestes e Olga Benário que nasceu em campo de concentração. Aventuras na História. <https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/reptagam/historia-anita-prestes-olga-benario-vargas-comunismo.phtml>.
- Robredo, J. (1978). Documentação de hoje e de amanhã. Associação de Bibliotecários do Distrito Federal.
- Santos, P. L. V. A. C. (2013). Catalogação, formas de representação e construções mentais. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, 6(1), 1-24. <http://hdl.handle.net/11449/115044>.
- Smit, J. W. (2008). A documentação e suas diversas abordagens. Em N. Granato, Santos, C. P. & Loureiro, M. L. N. M. (Orgs.). Documentação em Museus. MAST.
- Sobral, C. C. (2019). Cartas em arquivos pessoais: uma discussão necessária. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro]. https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFF-2_4bceaa4ef8c0fc6b01829e12d6f02481/DetalIs
- Souza, C. S. (2023). Legado e reconhecimento: trajetórias de preservação da correspondência da prisão de Luiz Carlos Prestes (1936-1945). [Tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas].

Tanno, J. L. (2018). Centros de documentação e patrimônio documental: direito à informação, à memória e à cidadania. *Acervo: Revista do Arquivo nacional*, 31(3).
<https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/issue/view/56>

¹ Na mesma época em que Luiz Carlos Prestes foi preso, em 1936, sua esposa, Olga Benário, também foi presa e extraditada para a Alemanha; estava grávida de sete meses e, por ser judia, foi entregue à Gestapo, polícia política do governo nazista alemão. Após dar a luz à Anita Prestes, Olga foi separada da filha e morta em um campo de concentração, aos 34 anos. Anita Prestes foi resgatada após mobilização de movimentos de solidariedade internacionais, como na França, nos Estados Unidos e em vários outros lugares, graças, inclusive, às diversas tratativas conduzidas por sua avó, Leocádia, e sua tia, Lygia (Redação, 2020).

² Lund (2009) relata que, por volta de 1900, muitos estudiosos europeus trabalharam juntos para a criação de ambientes de colaboração internacional, como congressos e associações científicas, quanto

Vasconcellos, E. (2008). Intimidade das confidências. *Teresa: Revista de Literatura Brasileira*, (8-9), 372–389.
<https://revistas.usp.br/teresa/article/view/116762>

em sistemas de classificação documental. Rabello (2020) comenta que o desenvolvimento da indústria editorial no século XIX contribuiu com a produção documental em larga escala, o que tornou complexo o processo de organização e de recuperação da informação. Algumas iniciativas criadas para o tratamento documental com finalidade de organizar a informação mencionados por Rabello (2020) são a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e a Classificação Decimal Universal (CDU). Diante da necessidade de ferramentas que agilizassem a busca por publicações, os estudiosos Henri La Fontaine e Paul Otlet, mirando a organização de informação, fundaram o *International Institute of Bibliography* (IIB), um centro de cooperação internacional em Bruxelas, na Bélgica, onde nasceu a Classificação Decimal Universal (CDU).